



**AUDIMEC**

AUDITORES INDEPENDENTES

## **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE- TRENSURB**

---

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)  
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 31 DE MARÇO DE 2023  
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL  
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**  
**CNPJ (MF) 90.976.853/0001-56**  
Av. Ernesto Neugebauer, 195 – Humaitá, Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Prezados Senhores,

## **1. Introdução**

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **TRENSURB**, é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## **2. Alcance da Revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### 3. Conclusão Sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias levantadas em 31 de março de 2023 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 4. Ênfases

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que a Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empreiteira, após ter vencido uma licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel. Na sua defesa, a TRENSURB entende que uma investigação interna de fatos pretéritos tão antigos, não seria ela capaz de obter resultado melhor que CGU, TCU, PF, MPF e LAVA-JATO, tão melhor aparelhados que a TRENSURB para fazê-lo. Verificamos que na Ata de reunião nº 548 do Conselho de Administração, ocorrida em 22 de julho de 2022, constam relatadas duas adesões de ente lesado pela TRENSURB, ambas em razão de Acordos de Leniência da CGU: um da CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ e o outro do GRUPO ODEBRECHT (ATUAL NOVONOR), ambos aprovados pelo Conselho de Administração para que fossem assinados pela Companhia e que, em tais adesões previa-se recebimento de valores e de informações, dada a sua condição de ente lesado, e que a contrapartida seria tão somente as observâncias pela Empresa, das cláusulas de sigilo e de publicidade. Ainda assim, conforme previsto no item 35 da CTA-30, solicitamos a Governança uma Carta de Representação confirmando que os responsáveis pela governança, de acordo com o seu conhecimento, estão sendo informados adequadamente sobre tal assunto e que não seria necessária investigação adicional, além dos procedimentos efetuados pelos agentes públicos retromencionados.

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que até a data de conclusão deste relatório, a Companhia ainda não havia completado o processo de contratação visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico “CPC 01 | NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, para os ativos registrados em 31 de março de 2023. Desta forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável.

### 5. Outros assuntos

#### 5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da **TRENSURB**, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que

não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

## 5.2. Demonstrações contábeis intermediárias comparativas auditadas e revisadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório com modificações. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores que emitiram relatório com modificações.

Recife/PE, 16 de janeiro de 2024.



**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**

CRC/PE 000150/O

*Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira*  
**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**

Contador - CRC/PE 010483/O-9

Sócio Sênior – CNAI 1592

*Phillipe de Aquino Pereira*  
**Phillipe de Aquino Pereira**

Contador - CRC/PE 028157/O-2

CNAI 4747

*Thomaz de Aquino Pereira*  
**Thomaz de Aquino Pereira**

Contador - CRC/PE 021100/O-8

CNAI 4850



MINISTÉRIO DAS  
CIDADES



**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	31/03/2023	31/12/2022		NOTA	31/03/2023	31/12/2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	146.058.311	126.442.520	Fornecedores	14	12.465.062	6.478.284
Créditos a receber	5	2.838.368	2.171.925	Impostos e taxas a recolher		1.087.082	268.456
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	10.981.432	5.275.003	Contribuições sociais a recolher		3.488.592	3.723.113
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.393.249	2.963.351	Obrigações trabalhistas	15	20.403.971	18.565.127
Adiantamento de fornecedores		-	-	Adiantamento de Clientes	16	2.374.433	1.801.390
Direitos a receber	8	178.154	169.706	Credores por convênios	17	1.163.353	725.690
Impostos a recuperar		2.020	2.876	Credores por depósitos		65.855	65.855
Estoques	9	16.390.369	16.378.099	Plano de Previdência - Equacionamento	25c	504.341	477.513
Despesas do exercício seguinte		498.178	190.857			<b>41.552.689</b>	<b>32.105.427</b>
		<b>180.340.079</b>	<b>153.594.337</b>				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências trabalhistas	18a	95.589.199	96.547.870
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Provisão para contingências cíveis	18b	32.264.699	21.471.164
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	10	132.449	148.349	Provisão IR/CS diferido	12b	14.814.997	15.098.207
Débitos de empregados	7	55.549.361	54.935.082				
Penhora s/ receita própria	11	93.733	846.407	Plano de Previdência - Equacionamento	25c	3.663.833	3.824.191
		<b>55.776.219</b>	<b>55.930.514</b>			<b>146.332.729</b>	<b>136.941.432</b>
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19</b>		
Imobilizado	12	1.191.953.390	1.204.391.322	Capital social	19a	2.059.666.941	2.059.666.941
Intangível	13	2.140.027	2.232.493	Adiantamentos para aumento de capital	20a	24.059.724	23.459.815
		<b>1.194.116.113</b>	<b>1.206.646.510</b>	Ajuste avaliação patrimonial	12c	28.758.295	29.308.056
		<b>1.249.892.332</b>	<b>1.262.577.024</b>	Prejuízos acumulados	19b	(870.137.967)	(865.310.312)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.430.232.411</b>	<b>1.416.171.361</b>			<b>1.242.346.993</b>	<b>1.247.124.502</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.430.232.411</b>	<b>1.416.171.361</b>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS  
CIDADES



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2023	31/03/2022
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	21	<b>30.525.376</b>	<b>29.111.118</b>
Custo dos serviços prestados	22	(65.339.364)	(59.994.489)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		<b>(34.813.988)</b>	<b>(30.883.371)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	23	(19.333.327)	(18.933.691)
Outras receitas e despesas		(14.912.307)	(18.215.202)
Condenações Trabalhistas		(1.407.147)	(3.145.351)
Provisão/reversão ações trabalhistas	18a	(1.841.885)	(12.873.368)
Provisão/reversão ações cíveis	18b	(11.838.737)	(2.313.060)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		175.462	116.577
		<b>(34.245.634)</b>	<b>(37.148.892)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(69.059.622)</b>	<b>(68.032.263)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO</b>		<b>4.740.524</b>	<b>3.306.102</b>
Receitas financeiras		4.756.482	4.206.195
Despesas financeiras		(15.958)	(900.093)
<b>SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL</b>	20b	<b>60.127.333</b>	<b>47.419.172</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(4.191.765)</b>	<b>(17.306.990)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(4.191.765)</b>	<b>(17.306.990)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO</b>	24	<b>(1.468.860)</b>	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.660.626)</b>	<b>(17.306.990)</b>
Lucro por ação do capital social		<b>-0,0006</b>	<b>-0,0018</b>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS  
CIDADES



## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	31/03/2023	31/03/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(5.660.626)</u>	<u>(17.306.990)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<u><u>(5.660.626)</u></u>	<u><u>(17.306.990)</u></u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)





MINISTÉRIO DAS  
CIDADES



### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>78.116.397</b>	<b>31.507.097</b>	<b>(824.328.974)</b>	<b>1.299.857.666</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.329.113	-	-	3.329.113
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
<b>SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2022</b>	<b>2.014.563.144</b>	<b>81.445.510</b>	<b>30.957.337</b>	<b>(823.496.003)</b>	<b>1.303.469.988</b>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>2.059.666.942</b>	<b>23.459.815</b>	<b>29.308.056</b>	<b>865.310.312</b>	<b>1.247.124.502</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	599.909	-	-	599.909
Recursos recebidos	-	-	-	-	-
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	(4.827.655)	(5.377.416)
Resultado do exercício	-	-	-	(5.660.626)	(5.660.626)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
<b>SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2023</b>	<b>2.059.666.941</b>	<b>24.059.724</b>	<b>28.758.295</b>	<b>860.482.657</b>	<b>1.242.346.993</b>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS  
CIDADES



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Receita de prestação de serviços		29.840.076	28.599.129
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		755.151	564.175
Outras receitas e despesas (líquidas)		175.462	116.577
Provisões trabalhistas e cíveis		(13.680.622)	(15.186.428)
		<b>17.090.067</b>	<b>14.093.453</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Materiais consumidos		(2.331.108)	(1.961.075)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(22.746.517)	(20.922.833)
		<b>(25.077.625)</b>	<b>(22.883.908)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>(7.987.558)</b>	<b>(8.790.455)</b>
Depreciação e amortização		(12.635.212)	(12.753.820)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>(20.622.770)</b>	<b>(21.544.275)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas de Subvenções		60.127.333	47.419.172
Receitas financeiras		4.756.482	4.206.195
		<b>64.883.815</b>	<b>51.625.367</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>44.261.045</b>	<b>30.081.092</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>44.261.045</b>	<b>30.081.092</b>
<b>Pessoal e encargos</b>			
Remuneração direta		35.016.688	33.133.563
Benefícios		5.994.583	5.971.772
FGTS		2.565.939	2.617.985
		<b>43.577.209</b>	<b>41.723.319</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
Federais		5.808.352	4.185.932
Estaduais		6.940	7.047
Municipais		55.852	34.405
		<b>5.871.144</b>	<b>4.227.384</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros		15.958	11.694
Aluguéis		457.360	537.285
		<b>473.318</b>	<b>548.979</b>
<b>Juros sobre adiantamento de capital</b>		-	<b>888.399</b>
<b>Lucro líquido do exercício retido</b>		<b>(5.660.626)</b>	<b>(17.306.990)</b>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS  
CIDADES



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2023	31/03/2022
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.660.626)</b>	<b>(17.306.990)</b>
<b>AJUSTADO POR:</b>			
Depreciação e Amortização		12.635.212	12.753.221
Baixa de bens do ativo imobilizado		467	599
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	-	888.399
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	18	13.680.622	15.186.428
		<b>20.655.675</b>	<b>11.521.657</b>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS</b>			
Créditos pela venda de serviços		(666.443)	828.277
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(5.706.429)	(3.808.251)
Estoques		(12.270)	1.058.198
Tributos e Contribuições a Recuperar		856	-
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		138.394	4.934.075
Demais contas de Ativo		(729.766)	(259.626)
		<b>(6.975.658)</b>	<b>2.752.673</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS</b>			
Fornecedores		5.986.778	1.502.972
Impostos e taxas a recolher		18.160	131.980
Contribuições sociais a recolher		(267.723)	(220.837)
IRPJ/CSLL a Pagar	20a	833.669	-
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		1.838.844	1.240.914
Credores por convênios e depósitos		610.097	314.737
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		267.080	239.869
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(3.845.757)	(4.947.424)
		<b>5.441.147</b>	<b>(1.737.790)</b>
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais</b>		<b>19.121.163</b>	<b>12.536.540</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(105.281)	(1.604.177)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(105.281)</b>	<b>(1.604.177)</b>
Recursos recebidos para aumento de capital	23a	599.909	3.329.113
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento</b>		<b>599.909</b>	<b>3.329.113</b>
<b>REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>4</b>	<b>19.615.790</b>	<b>14.261.477</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		126.442.520	138.710.125
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		146.058.311	152.971.602

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

## **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB**

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

#### **PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2022**

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB (“Companhia”) é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

#### **2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

##### **2.1 Declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2023, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

##### **2.2 Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 30.04.2023.

#### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

#### **a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

#### **b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos a receber (Nota 5), realização de direitos a receber (Nota 8) realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e "*impairment*" do ativo imobilizado (Nota 12), vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota 25) e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

#### **c) Impairment de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de março de 2023 e 2022, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

#### **d) CPC/NBC TG 48 Instrumentos Financeiros**

##### **Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC/NBC TG 48.

### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

#### **Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6), Direitos a receber (Nota 8) e aplicação em títulos e valores mobiliários.

#### **Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado**

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 14), adiantamento de clientes (Nota 16), credores por convênios (Nota 17), credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 20.a).

#### **Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção nem com atividade de hedge.

#### **Impairment de ativos financeiros**

O CPC/NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

#### **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **e) Caixa e equivalentes de caixa**

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

#### **f) Estoques**

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

#### **g) Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao valor recuperável, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

#### **h) Intangível**

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

#### **i) Provisão para contingências**

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas



em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

#### **j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

#### **k) Reconhecimento de receitas**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

#### **l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **Impostos correntes**

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.



## Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	22.400	22.100
Valores em trânsito	921.891	912.962
Aplicações de liquidez imediata	145.114.019	125.507.458
	<u><b>146.058.311</b></u>	<u><b>126.442.520</b></u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas ao custo acrescidas de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação em 31 de março de 2023 foi de R\$ 4.112.861 (R\$ 3.846.564 em 31/03/2022).

### 5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	1.141.827	570.926
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	2.002.847	1.907.306
(-)Provisão para risco	-306.307	-306.307
	<u><b>2.838.368</b></u>	<u><b>2.171.925</b></u>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, conforme a seguir:

Saldo no início do período	306.307
(+) Provisão	-
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
<b>Saldo no final do período</b>	<u><b>306.307</b></u>

### 6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

### 7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	<u>31/03/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Adiantamento de férias	2.086.408	-	2.767.538	-
Adiantamento de 13º	1.130.074	-	-	-
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	119.463	-	105.764	-
Plano de Saúde (b)	54.117	132.449	79.975	148.349
Débitos de empregados	3.186	-	10.074	-
	<u><b>3.393.249</b></u>	<u><b>132.449</b></u>	<u><b>2.963.351</b></u>	<u><b>148.349</b></u>

## a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 31 de março de 2023 a provisão é no montante de R\$ 67.490 (R\$ 67.490 em 31 de dezembro de 2022). Os adiantamentos por suficiência de saldo estão deduzidos da provisão para risco de crédito.

## b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 8.249 (R\$ 8.249 em 31/12/2022), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

## 8. DIREITOS A RECEBER

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Convênio Pessoal Cedido	25.568	17.480
Depósitos e Cauções/Outros devedores	27.462	27.103
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
	<u>178.154</u>	<u>169.706</u>

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

## 9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Material de TUES e Veículos	9.565.559	9.533.719
Material da Via Permanente	2.266.733	2.298.131
Sistemas operacionais	4.627.598	4.627.899
Peças e Acessórios de Equipamentos	67.551	71.805
Materiais de expediente e administrativos	727.847	711.464
Ajuste de Inventário Físico	(864.919)	(864.919)
	<u>16.390.369</u>	<u>16.378.099</u>

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos Judiciais Cíveis	1.621	2.542
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias a Juízo	55.485.524	54.727.308
Processos Judiciais - Rec. Próprios	62.216	205.232
	<u>55.549.361</u>	<u>54.935.082</u>

## 11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 93.733 (R\$ 846.407 em 31/12/2022) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

## 12. IMOBILIZADO

### a) Composição do saldo

Contas	Vida Útil (anos)	31/03/2023			31/12/2022
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25	264.341.656	(85.215.619)	179.126.037	180.526.264
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(79.187.595)	87.846.719	88.669.384
Via permanente	33,33	604.946.676	(157.731.291)	447.215.386	450.282.060
Sistemas operacionais	11,11	327.882.838	(172.340.442)	155.542.396	158.989.064
Veículos ferroviários/aeromóvel	20	370.594.935	(149.533.567)	221.061.368	223.273.595
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(987.213)	691.775	722.742
Equip. processamento de dados	4,55	7.277.222	(5.146.008)	2.131.214	2.294.253
Equipamentos, máquinas e instrumentos	7,69	61.547.629	(52.468.935)	9.078.694	9.696.093
Instalações	9,09	30.326.497	(15.450.224)	14.876.273	15.420.524
Móveis e utensílios	10	10.639.996	(7.997.629)	2.642.366	2.706.154
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(10.526.393)	3.559.233	3.629.259
Imobilizado em andamento	-	14.250.730	-	14.250.730	14.250.730
Almoxarifado de bens imobilizados	-	8.021.385	-	8.021.385	8.021.385
		<b>1.928.538.305</b>	<b>(736.584.915)</b>	<b>1.191.953.390</b>	<b>1.204.391.322</b>

### b) Movimentação do Imobilizado

CUSTO	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2023
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	264.341.656	-	-	-	264.341.656
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	327.882.838	-	-	-	327.882.838
Veículos ferroviários/aeromóvel	370.594.935	-	-	-	368.622.487
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	7.337.094	9.500	(69.372)	-	7.277.222
Equip., máquinas e instrumentos	61.548.215	-	(586)	-	61.547.629
Instalações	30.323.496	3.000	-	-	30.326.497
Móveis e utensílios	10.547.215	92.781	-	-	10.639.996
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em andamento	14.250.730	-	-	-	14.250.730
Almoxarifado de bens imobilizados	8.021.385	-	-	-	8.021.385
<b>TOTAL CUSTO</b>	<b>1.928.502.982</b>	<b>105.281</b>	<b>(69.958)</b>	<b>-</b>	<b>1.928.538.305</b>
<b>DEPRECIACIONES ACUMULADAS</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>31/03/2023</b>
Edificações, estações e depósitos	(83.815.391)	(1.400.227)	-	-	(85.215.618)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(78.364.930)	(822.665)	-	-	(79.187.595)
Via permanente	(154.664.616)	(3.066.674)	-	-	(157.731.291)
Sistemas operacionais	(168.893.774)	(3.446.668)	-	-	(172.340.442)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(147.321.340)	(2.212.226)	-	-	(149.533.567)
Veículos rodoviários	(956.246)	(30.967)	-	-	(987.213)
Equip. processamento de dados	(5.042.840)	(172.539)	69.372	-	(5.146.008)
Equip., máquinas e instrumentos	(51.852.122)	(617.399)	586	-	(52.468.934)
Instalações	(14.902.973)	(547.252)	-	-	(15.450.224)
Móveis e utensílios	(7.841.061)	(156.569)	112	-	(7.994.665)
Benfeitorias em bens de terceiros	(10.456.367)	(70.026)	-	-	(10.526.392)
<b>TOTAL DEPRECIACÃO</b>	<b>(724.111.661)</b>	<b>(12.543.213)</b>	<b>69.958</b>	<b>-</b>	<b>(736.584.914)</b>
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>	<b>1.204.391.322</b>	<b>(12.437.931)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.191.953.390</b>

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva,

gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período de 3 meses findo em 31 de março de 2023 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 832.971 referente a depreciação e no valor de R\$ 283.210 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 28.758.295 (R\$ 29.308.056 em 31/12/2022) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 14.814.997 (R\$ 15.098.207 em 31/12/2022).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e, conforme laudo de avaliação emitido por estes em 19 de janeiro de 2023, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

	<b>2022</b>
Ativos Imobilizados	1.204.391.322
Ativos Intangíveis	2.232.493
<b>Total dos Ativos Componentes da UGC</b>	<b>1.206.646.510</b>
<b>Valor Justo (*)</b>	<b>1.252.895.368</b>
Redução ao Valor recuperável	-

(\*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é compostos por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 236.096.722 em 31 de março de 2023.

### 13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do Intangível

Contas	Vida Útil (anos)			<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
		<u>Custo Corrigido</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	12.463.949	(11.699.722)	764.227	856.693
Outras desp. de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		<b>13.870.622</b>	<b>(11.730.594)</b>	<b>2.140.027</b>	<b>2.232.493</b>

## e) Movimentação do Intangível

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2023</u>
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	13.107.233	-	(643.284)	-	12.463.949
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
<b>TOTAL CUSTO</b>	<b>14.513.905</b>	<b>-</b>	<b>(643.284)</b>	<b>-</b>	<b>13.870.621</b>

  

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/03/2023</u>
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(12.250.540)	(92.000)	642.817	-	(11.699.722)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
<b>TOTAL AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(12.281.412)</b>	<b>(92.000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.730.594)</b>
<b>INTANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>2.232.493</b>	<b>(92.000)</b>	<b>(467)</b>	<b>-</b>	<b>2.140.027</b>

## 14. FORNECEDORES

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aquisições Trens	1.438.361	14.360
Sist. de energia e comun.	-	286.996
Prestação de serviços	2.895.060	209.996
Energia Elétrica	2.173.731	2.283.599
Gastos gerais	5.957.910	3.638.333
	<b>12.465.062</b>	<b>6.478.284</b>

## 15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Férias e Encargos	16.641.311	13.958.333
Promoção por Antiguidade a Pagar	4.517.858	4.517.858
Outras Obrigações Trabalhistas	244.802	88.936
	<b>20.403.971</b>	<b>18.565.127</b>

## 16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Credores p/ Venda Créditos	2.092.045	1.440.424
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	231.500	343.818
Adiantamento Clientes Comerciais	50.888	17.148
	<b>2.374.433</b>	<b>1.801.390</b>

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

## 17. CREDORES POR CONVÊNIO

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Convênios SESI/SENAI	117.843	105.131
Assistência Saúde	642.841	618.499
Credores Diversos	402.669	2.060
	<b>1.163.353</b>	<b>725.690</b>

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

### a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 31 de março de 2023, a provisão

constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 94.683.702 para ações de empregados e de R\$ 905.497 para ações de empregados de empresas terceirizadas. A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	96.547.870	94.686.124
(+) Provisão	1.841.885	17.984.420
(-) Reversão	-	(2.758.736)
(-) Pagamentos	<u>(2.800.556)</u>	<u>(13.363.938)</u>
Saldo no final do período	<u>95.589.199</u>	<u>96.547.870</u>

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31/03/2023 compõe-se de R\$ 18.691.488 (R\$ 15.214.402 em 31/12/2022).

#### b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 3 meses findo em 31/03/2023 e no exercício findo em 31/12/2022 está composta como segue:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	21.471.164	17.194.283
(+) Provisões	11.838.737	7.283.474
(-) Reversões	-	-
(-) Pagamentos	<u>(1.045.202)</u>	<u>(3.006.593)</u>
Saldo no final do período	<u>32.264.699</u>	<u>21.471.164</u>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31/03/2023 é de R\$ 40.657.432 (R\$ 25.106.878 em 31/12/2022). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em	31/03/2023		31/12/2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
União Federal	9.874.758.896	99,9144	9.874.758.896	99,9144
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0662	6.543.949	0,0662
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0194	1.915.337	0,0194
<b>Total</b>	<b>9.883.218.182</b>	<b>100,0000</b>	<b>9.883.218.182</b>	<b>100,0000</b>

#### b) Prejuízos acumulados

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 870.137.967 (R\$ 865.310.312 em 31/12/2022).

## 20. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

### a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R\$ 24.059.724, classificados no Patrimônio Líquido.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

### b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 3 meses findo em 31/03/2023 foi de R\$ 60.127.333 (R\$ 47.419.172 em 31/03/2022) composto a seguir:

<b>Subvenção</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>31/03/2022</b>
Pessoal	39.327.450	36.573.125
Sentença	5.359.810	3.069.146
Custeio	15.440.074	7.776.901
	<b>60.127.333</b>	<b>47.419.172</b>

### c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém, não foi aprovado até o encerramento do exercício. O montante fixado para a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2023, conforme a PLOA, é de R\$ 307.810.054. Deste valor, R\$ 161.385.889 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 146.424.165 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada, anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	<b>PLOA/2023</b>	<b>Recursos Próprios Fonte 105</b>	<b>Recursos Subvenção Fonte 100</b>
Pessoal	195.310.054	71.385.889	123.924.165
Sentença	22.500.000	-	22.500.000
Custeio	88.000.000	88.000.000	-
Investimento	2.000.000	2.000.000	-
	<b>307.810.054</b>	<b>161.385.889</b>	<b>146.424.165</b>



## 21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
<b>RECEITA BRUTA</b>		
	29.840.076	
Serviço de transporte metroviário		28.599.129
Aluguéis, arrendamentos e concessões	755.151	564.175
	<u>30.595.228</u>	<u>29.163.304</u>
Tributos sobre a receita bruta	(69.852)	(52.186)
	<u>(69.852)</u>	<u>(52.186)</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<u>30.525.376</u>	<u>29.111.118</u>

## 22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Pessoal e Encargos	32.020.287	28.007.945
Serviços de Terceiros	12.052.516	9.693.554
Consumo de Materiais	1.727.315	1.638.791
Energia de Tração	6.187.418	6.207.662
Serviços de Utilidade Pública	1.160.315	2.262.633
Depreciação	12.165.542	12.156.823
Outros Custos	25.971	27.080
	<u>65.339.364</u>	<u>59.994.489</u>

## 23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Pessoal e Encargos	14.149.270	14.319.874
Serviços de Terceiros	2.756.072	2.008.787
Consumo de Materiais	603.792	322.284
Serviços de Utilidade Pública	239.245	455.654
Depreciação/ Amortização	469.671	596.996
Outras Despesas	1.115.277	1.230.096
	<u>19.333.327</u>	<u>18.933.691</u>

## 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<u>(4.191.765)</u>	<u>(17.306.990)</u>	<u>(4.191.765)</u>	<u>(17.306.990)</u>
Adições / (Exclusões) permanentes	128.997.111	216.399.578	128.997.111	216.399.578
Adições / (Exclusões) temporárias	118.497.043	205.382.461	118.497.043	205.382.461
<b>Lucro Real</b>	<u>6.308.213</u>	<u>(6.289.872)</u>	<u>6.308.213</u>	<u>(6.289.872)</u>
(-) Compensação Prejuízo Fiscal - 30%	(1.892.464)	-	(1.892.464)	-
Alíquota - 9%	-	-	397.417	-
Alíquota - 10%	435.574	-	-	-
Alíquota - 15%	662.362	-	-	-
<b>Total Imposto</b>	<u>1.097.937</u>	<u>-</u>	<u>397.417</u>	<u>-</u>
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	(26.494,50)	-	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
<b>Total imposto a pagar</b>	<u>1.071.442</u>	<u>-</u>	<u>397.417</u>	<u>-</u>
Valor do imposto pago no ano calendário	1.071.442	-	397.417	-



## 25. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

### a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

### b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	2023	2022
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável

### c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2022
Patrimônio - P	87.314.914
<b>Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)</b>	<b>94.438.325</b>
<b>Benefícios Concedidos - A</b>	38.607.118
<b>Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)</b>	2.046.629
<b>Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)</b>	36.560.489
<b>Benefícios a Conceder – B</b>	57.290.180
<b>Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)</b>	57.290.180
<b>Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)</b>	-
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(1.458.973)
Patrocinadora - C1	-
Participante - C2	-
Assistidos - C3	(1.458.973)
Total das Provisões - D = A + B + C	94.438.325
<b>Fundos – E</b>	2.556.531

<b>Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D</b>	(7.123.411)
<b>Valor do Ajuste de Precificação = G</b>	-
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G</b>	<b>(7.123.411)</b>

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 7,24% no ano, isso corresponde a 70% da meta atuarial de 2022 (INPC + 4,10%) que foi de 10,27%, portanto, o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A “*duration*” do plano foi de 7,72 anos no encerramento de 2022.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2022, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R\$ 7.123.411. Esse valor é superior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.305.4956, portanto com a necessidade de equacionamento. O déficit restringe-se aos assistidos e à patrocinadora em igual montante. O montante sob responsabilidade da patrocinadora de R\$ 2.908.958 foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 35 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

	<b>2022</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Déficit 2013/2014 em equacionamento	477.513	915.233
Déficit 2021/2022 a equacionar	-	2.908.958
	<b>477.513</b>	<b>3.824.191</b>

#### **d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais**

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Quando observado superávit, tal resultado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência =  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ . O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018.

## **26. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS**

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Riscos.

#### a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

#### c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 236.096.722.

#### d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

### **27. SEGUROS**

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

## 28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no 1º trimestre de 2023 e de 2022 foram como segue:

<u>Parte Relacionada</u>	<u>Contrato</u>	<u>Valor contratual</u>	<u>Valores Pagos 1º trimestre 2023</u>	<u>Valores Pagos 1º trimestre 2022</u>
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.10/20	1.750.000	3.241	-
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.34/20-2	30.000	3.469	1.013
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-
<b>Total</b>		<b>2.030.000</b>	<b>6.710</b>	<b>1.013</b>

<u>Administrador / Conselheiro</u>	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Valores pagos até 31/03/2023</u>	<u>Valores pagos até 31/03/2022</u>
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Conselheira Independente	7.980	7.980
Paulo Roberto Reichel Ayres	Ministério da Economia	12.488	-
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	12.488	12.488
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	7.980	7.980
Fernando Machado Diniz	Ministério da Economia	7.980	-
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	-	7.980
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Ministério da Economia	7.980	7.980
Clóvis Felix Curado Júnior	Ministério da Economia	7.980	-

## 29. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

<u>Remuneração</u>	<u>Maior</u>	<u>Menor</u>	<u>Média</u>
Administradores	36.254	25.408	27.043
Empregados	47.257	2.478	10.164

Porto Alegre, 30 de Abril de 2023.

**PEDRO DE SOUZA BISCH NETO**  
Diretor Presidente

**GERALDO LUIS FELIPPE**  
Diretor de Administração e Finanças

**JAIR BERNARDO CORREA**  
Gerente de Orçamento e Finanças

**TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA**  
Setor de Contabilidade e Patrimônio  
Contadora CRC/RS 090.987